



**Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão**

CLIPPING INTERNET

02/01/2019 ATÉ 02/01/2019

INDÍCE

1	CNJ	
	1.1 SITE MARANHÃO HOJE.....	1
2	DECISÕES	
	2.1 BLOG DO DJALMA RODRIGUES.....	2
	2.2 BLOG RIQUINHA.....	3
	2.3 SITE GOVBRASIL.....	4
3	EXECUÇÕES PENAIS	
	3.1 SITE SUA CIDADE.....	5
4	INSTITUCIONAL	
	4.1 BLOG DANIEL MATOS.....	6
5	PRESIDÊNCIA	
	5.1 BLOG AMARCOS NOTÍCIAS.....	7
	5.2 BLOG DANIEL MATOS.....	8
	5.3 BLOG DO DJALMA RODRIGUES.....	9
	5.4 BLOG DOMINGOS COSTA.....	10
	5.5 BLOG SILVIA TEREZA.....	11
	5.6 SITE DIÁRIO DE BALSAS.....	12
	5.7 SITE G1 MARANHÃO.....	13
	5.8 SITE MARANHÃO HOJE.....	14

Tribunal de Justiça do Maranhão registra avanços na gestão do desembargador Joaquim Figueiredo

O desembargador Joaquim Figueiredo apontou significativos avanços institucionais em 2018

Importantes ações institucionais implementadas pelo Tribunal de Justiça do Maranhão com vistas à modernização dos serviços prestados à sociedade ganharam destaque no primeiro ano de gestão do desembargador Joaquim Figueiredo, na presidência da Corte Estadual de Justiça.

"Nesse primeiro ano de gestão, nos empenhamos para que os conflitos de interesses submetidos à apreciação do Judiciário maranhense encontrassem solução justa e rápida, tornando efetiva a garantia constitucional do livre acesso à Justiça em cumprimento ao princípio da igualdade perante a lei. Esse é o novo paradigma do Poder Judiciário e a grande mudança que testemunhamos ativamente na realidade atual da Justiça Estadual", afirmou o desembargador Joaquim Figueiredo.

O presidente do TJMA destaca que, primando por serviços jurisdicionais céleres, eficientes e sustentáveis, o Tribunal de Justiça conquistou o 'Selo Justiça em Números, Categoria Ouro', concedido pelo Conselho Nacional de Justiça, superando desafios com a formulação de uma gestão estratégica pautado em práticas de excelência.

Ele explica que, em 2018, o TJMA criou uma agenda estratégica vasta, para que pudesse atuar de forma decisiva na superação das eventuais dificuldades nas áreas financeiras, de recursos humanos, materiais e estruturais. Visando assumir um papel central na política pública de Justiça, o TJMA utilizou novas formas de gerenciamento, não expandindo - além dos limites legais e inflacionários - a despesa pública.

"Houve uma preocupação especial para que não houvesse aumento de gastos, para que não fosse ultrapassada nenhuma cota. Nada foi aprovado sem um criterioso estudo prévio embasado no orçamento. Esse modelo gerencial refletiu no desembolso por parte do Poder Judiciário", explica o presidente do TJMA.

Várias medidas foram adotadas para melhorar os serviços na área de tecnologia, segurança, manutenção predial, manutenção geral, com a otimização da frota de veículos e um sistema de manutenção mais sistemático e econômico. A aquisição de equipamentos novos e mais modernos, por exemplo, gerou economia, não só com energia elétrica, como também com materiais de consumo, até mesmo na entrega desse item nas unidades do Poder Judiciário, com a criação das rotas inteligentes.

"Foram realizadas 26 rotas inteligentes de entrega de material de consumo, totalizando 11.395 volumes entregues, gerando uma economia líquida de R\$ 353.803,06", diz o presidente do TJMA.

No total, foram totalizadas 78 licitações, todas no formato eletrônico, em 2018, com significativa economicidade naquelas homologadas. A economia gerada atingiu a marca de, aproximadamente, R\$ 24.663.559,47. Um ponto de importante destaque foi a aquisição, por meio de processos licitatórios, de três novas caminhonetes tipo pick-up; 03 vans de passageiros com capacidade para 16 lugares; 03 vans tipo furgão para entrega de materiais; 30 veículos de passeio tipo Pálio weekend; e um caminhão-baú para entrega de materiais no interior do Estado.

O levantamento patrimonial de bens móveis no âmbito do Poder Judiciário do Maranhão registrou também avanços importantes. Em 2018, foram inventariadas 218 unidades no Estado. Quanto à doação de bens inservíveis os registros indicam que 527 itens foram entregues à instituições, incluindo computadores; estantes; impressoras; longarinas; geladeiras; mesas; cadeiras; armários; bebedouros; aparelhos de ar condicionado; entre outros.

NOVAS TECNOLOGIAS

A modernização do Judiciário está sendo uma das apostas centrais do TJMA na gestão do desembargador Joaquim Figueiredo, que adotou novas práticas e novos conceitos de qualidade e de eficiência, com a implementação de novas tecnologias, apelando-se ao seu uso mais intensivo no contexto judiciário, de modo a permitir, entre outros, a padronização e automatização de procedimentos.

"Com a consciência de que o uso das novas tecnologias assumem no Século XXI especial relevância, o Tribunal de Justiça do Maranhão investiu bastante nessa área, cumprindo o cronograma de expansão do Processo Judicial Eletrônico estabelecido para o ano de 2018. A medida maximizou os benefícios do uso da tecnologia digital e contribuiu para a racionalização dos recursos orçamentários do Poder Judiciário do Maranhão", frisa o desembargado Joaquim Figueiredo.

Foram ampliados links de dados nas comarcas de Açailândia, Caxias, Codó, Imperatriz, Santa Inês e São José de Ribamar, Maracaçumé, Santa Helena e Bacabal. Foram instaladas também novas salas de depoimento especial nas comarcas de Santa Luzia e Santa Inês e lançado o Aplicativo "Conciliar é legal", para smartphones e tablets, disponível para os sistemas Android e IOs, permitindo o cadastramento de pedidos de conciliação junto aos órgãos do Judiciário.

Novas salas de videoconferência foram instaladas nas comarcas de Presidente Dutra, Itapecuru-mirim e Vargem Grande. Além de novos sistemas de Controle de Sindicância, foram instalados ainda 1.400 novos equipamentos, incluindo computadores, scanners, impressoras, kits de gravação de audiência, monitores, entre outros dispositivos.

Desde o dia 1º de janeiro de 2018, as fases de liquidação ou cumprimento - provisório ou definitivo - de sentenças proferidas em processos de competência originária do Tribunal de Justiça do Maranhão - autuados em suporte físico - estão sendo processadas, exclusivamente, por via eletrônica, através do sistema Processo Judicial Eletrônico.

Foi implantada a versão 2.0 do Sistema de Processo Judicial Eletrônico, que traz diversas melhorias na interface, além de correções e otimizações. Agora, os usuários concluem suas pesquisas em tempo reduzido, sem a necessidade de tantos "cliques" para a exibição de conteúdos, o que torna mais prática ainda a publicação de decisões, petições e recursos.

A implantação e expansão do sistema de Processo Judicial Eletrônico - aliadas ao processo de conscientização e racionalização da distribuição de papel A4 - garantiu uma redução expressiva do consumo do referido item.

Comparando-se o mesmo intervalo dos anos anteriores, a redução foi de, aproximadamente, 31%, com a quantidade de resmas atendidas, diminuindo de 61.625, em 2016, para 42.527, em 2018. A conclusão do cadastro do Banco de Monitoramento de Prisões (BNMP 2.0) representou, também, um avanço importante para o Judiciário no Maranhão na área de tecnologia.

MATÉRIA

COMPLETA

EM: <http://www.amarcosnoticias.com.br/tribunal-de-justica-do-maranhao-registra-avancos-na-gestao-do-desembargador-joaquim-figueiredo/>

Tribunal de Justiça do Maranhão é o segundo pior do país no quesito transparência, avalia CNJ

Por Daniel Matos • sexta-feira, 21 de dezembro de 2018 às 11:25

Tribunal de Justiça do Maranhão recebeu Selo Ouro do CNJ, mas deixa a desejar no quesito transparência

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) ocupa a nada honrosa segunda pior posição entre as cortes judiciárias estaduais no Ranking da Transparência do Poder Judiciário, divulgado no último dia 19 pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Quando avaliadas cortes judiciárias de diferentes níveis, como tribunais regionais do trabalho, tribunais regionais eleitorais, tribunais estaduais, tribunais militares do estados, Superior Tribunal Militar (STM), Superior Tribunal de Justiça (STJ), dentre outros, o TJMA figura entre os cinco piores.

Os itens utilizados pelo CNJ para avaliação e montagem do ranking foram divididos em dois grupos: transparência ativa e transparência passiva. Os órgãos do Poder Judiciário responderam, entre outras perguntas, se divulgam endereços, telefones e horários de atendimento ao público em suas páginas na internet e se disponibilizam ferramentas de pesquisa e rendimentos dos tribunais. Também foi medida a disponibilidade de informações relativas a licitações, íntegras de contratos firmados, de projetos, termos, acordos e licitações, desde que não tenham sido considerados sigilosos, e outros questionamentos.

Ranking da transparência do CNJ aponta o TJMA na penúltima posição entre os tribunais estaduais e com o quinto pior desempenho entre todos os órgãos do Poder Judiciário

Concluída a análise, a corte judiciária estadual maranhense alcançou percentual de 44,08%. Apenas um tribunal estadual registrou desempenho mais negativo do que o TJMA, o do Rio Grande do Norte (TJRN), com 30,26% de resposta positiva. Quanto ao ranking geral, que reúne todos os órgãos do Poder Judiciário em nível nacional, só quatro tribunais tiveram desempenho pior do que o TJMA: Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região (que tem jurisdição no estado do Mato Grosso do Sul), Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais (TJMMG), Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJRN) e o Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas (TRE-AL).

Vencedores

O órgão do Poder Judiciário mais bem avaliado no ranking geral foi o Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE-PA), que registrou 89,05% de resposta positiva aos itens avaliados pelo CNJ. Em segundo ficou o Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE-BA), seguido do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE), do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) e do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT-4), cuja jurisdição abrange o estado do Rio Grande do Sul. Os cinco foram premiados, em uma iniciativa inédita.

Agraciado pelo conselho, no início deste mês, com o Selo Ouro, que atesta a implementação de boas práticas e a qualidade da prestação de serviços jurisdicionais à sociedade, o TJMA deixa a desejar apenas quando o assunto é transparência.

É o que atesta o próprio CNJ, órgão máximo de controle e fiscalização administrativa e processual do Poder Judiciário no Brasil.

Tribunal de Justiça registra avanços na gestão do desembargador Joaquim Figueiredo

Importantes ações institucionais implementadas pelo Tribunal de Justiça do Maranhão com vistas à modernização dos serviços prestados à sociedade ganharam destaque no primeiro ano de gestão do desembargador Joaquim Figueiredo, na presidência da Corte Estadual de Justiça.

“Nesse primeiro ano de gestão, nos empenhamos para que os conflitos de interesses submetidos à apreciação do Judiciário maranhense encontrassem solução justa e rápida, tornando efetiva a garantia constitucional do livre acesso à Justiça em cumprimento ao princípio da igualdade perante a lei. Esse é o novo paradigma do Poder Judiciário e a grande mudança que testemunhamos ativamente na realidade atual da Justiça Estadual”, afirmou o desembargador Joaquim Figueiredo.

O presidente do TJMA destaca que, primando por serviços jurisdicionais céleres, eficientes e sustentáveis, o Tribunal de Justiça conquistou o ‘Selo Justiça em Números, Categoria Ouro’, concedido pelo Conselho Nacional de Justiça, superando desafios com a formulação de uma gestão estratégica pautado em práticas de excelência.

Ele explica que, em 2018, o TJMA criou uma agenda estratégica vasta, para que pudesse atuar de forma decisiva na superação das eventuais dificuldades nas áreas financeiras, de recursos humanos, materiais e estruturais. Visando assumir um papel central na política pública de Justiça, o TJMA utilizou novas formas de gerenciamento, não expandindo – além dos limites legais e inflacionários – a despesa pública.

“Houve uma preocupação especial para que não houvesse aumento de gastos, para que não fosse ultrapassada nenhuma cota. Nada foi aprovado sem um criterioso estudo prévio embasado no orçamento. Esse modelo gerencial refletiu no desembolso por parte do Poder Judiciário”, explica o presidente do TJMA.

Várias medidas foram adotadas para melhorar os serviços na área de tecnologia, segurança, manutenção predial, manutenção geral, com a otimização da frota de veículos e um sistema de manutenção mais sistemático e econômico. A aquisição de equipamentos novos e mais modernos, por exemplo, gerou economia, não só com energia elétrica, como também com materiais de consumo, até mesmo na entrega desse item nas unidades do Poder Judiciário, com a criação das rotas inteligentes.

“Foram realizadas 26 rotas inteligentes de entrega de material de consumo, totalizando 11.395 volumes entregues, gerando uma economia líquida de R\$ 353.803,06”, diz o presidente do TJMA.

No total, foram totalizadas 78 licitações, todas no formato eletrônico, em 2018, com significativa economicidade naquelas homologadas. A economia gerada atingiu a marca de, aproximadamente, R\$ 24.663.559,47. Um ponto de importante destaque foi a aquisição, por meio de processos licitatórios, de três novas caminhonetes tipo pick-up; 03 vans de passageiros com capacidade para 16 lugares; 03 vans tipo furgão para entrega de materiais; 30 veículos de passeio tipo Pálio weekend; e um caminhão-baú para entrega de materiais no interior do Estado.

O levantamento patrimonial de bens móveis no âmbito do Poder Judiciário do Maranhão registrou também

avanços importantes. Em 2018, foram inventariadas 218 unidades no Estado. Quanto à doação de bens inservíveis os registros indicam que 527 itens foram entregues à instituições, incluindo computadores; estantes; impressoras; longarinas; geladeiras; mesas; cadeiras; armários; bebedouros; aparelhos de ar condicionado; entre outros.

NOVAS TECNOLOGIAS

A modernização do Judiciário está sendo uma das apostas centrais do TJMA na gestão do desembargador Joaquim Figueiredo, que adotou novas práticas e novos conceitos de qualidade e de eficiência, com a implementação de novas tecnologias, apelando-se ao seu uso mais intensivo no contexto judiciário, de modo a permitir, entre outros, a padronização e automatização de procedimentos.

“Com a consciência de que o uso das novas tecnologias assumem no Século XXI especial relevância, o Tribunal de Justiça do Maranhão investiu bastante nessa área, cumprindo o cronograma de expansão do Processo Judicial Eletrônico estabelecido para o ano de 2018. A medida maximizou os benefícios do uso da tecnologia digital e contribuiu para a racionalização dos recursos orçamentários do Poder Judiciário do Maranhão”, frisa o desembargador Joaquim Figueiredo.

Foram ampliados links de dados nas comarcas de Açailândia, Caxias, Codó, Imperatriz, Santa Inês e São José de Ribamar, Maracaçumé, Santa Helena e Bacabal. Foram instaladas também novas salas de depoimento especial nas comarcas de Santa Luzia e Santa Inês e lançado o Aplicativo “Conciliar é legal”, para smartphones e tablets, disponível para os sistemas Android e IOs, permitindo o cadastramento de pedidos de conciliação junto aos órgãos do Judiciário.

Novas salas de videoconferência foram instaladas nas comarcas de Presidente Dutra, Itapecuru-mirim e Vargem Grande. Além de novos sistemas de Controle de Sindicância, foram instalados ainda 1.400 novos equipamentos, incluindo computadores, scanners, impressoras, kits de gravação de audiência, monitores, entre outros dispositivos.

Desde o dia 1º de janeiro de 2018, as fases de liquidação ou cumprimento - provisório ou definitivo - de sentenças proferidas em processos de competência originária do Tribunal de Justiça do Maranhão - autuados em suporte físico - estão sendo processadas, exclusivamente, por via eletrônica, através do sistema Processo Judicial Eletrônico.

Foi implantada a versão 2.0 do Sistema de Processo Judicial Eletrônico, que traz diversas melhorias na interface, além de correções e otimizações. Agora, os usuários concluem suas pesquisas em tempo reduzido, sem a necessidade de tantos “cliques” para a exibição de conteúdos, o que torna mais prática ainda a publicação de decisões, petições e recursos.

A implantação e expansão do sistema de Processo Judicial Eletrônico - aliadas ao processo de conscientização e racionalização da distribuição de papel A4 - garantiu uma redução expressiva do consumo do referido item.

Comparando-se o mesmo intervalo dos anos anteriores, a redução foi de, aproximadamente, 31%, com a quantidade de resmas atendidas, diminuindo de 61.625, em 2016, para 42.527, em 2018. A conclusão do cadastro do Banco de Monitoramento de Prisões (BNMP 2.0) representou, também, um avanço importante para o Judiciário no Maranhão na área de tecnologia.

MATÉRIA

COMPLETA

EM: <https://www.blogsoestado.com/danielmatos/2019/01/02/tribunal-de-justica-registra-avancos-na-gestao-do-deseembargador-joaquim-figueiredo/>

Ex-prefeito de Itapecuru-Mirim e parentes são condenados por nepotismo

Uma sentença da 1ª Vara da comarca de Itapecuru-Mirim condenou o ex-prefeito do Município, Magno Rogério Siqueira Amorim pela prática de nepotismo na Administração Pública de Itapecuru, além dos parentes Marília Teresa Siqueira Amorim, Milton Silva Amorim Filho, Mágella Isabel Siqueira Amorim, Mylenna Cintia Siqueira Amorim e Wanderson Sousa Martins, por terem concorrido para a prática do ato ilegal e obtido vantagem pessoal. O ex-prefeito Magno Rogério Amorim foi condenado à suspensão dos direitos políticos pelo prazo de seis anos; à restituição do valor de R\$ 108 mil e pagamento de multa civil de R\$ 108 mil; e à proibição de contratar com o Poder Público ou receber incentivos fiscais ou creditícios pelo prazo de cinco anos.

Os demais requeridos na ação também foram condenados à suspensão dos direitos políticos pelo prazo de oito anos e à proibição de contratar com o Poder Público ou receber incentivos fiscais ou creditícios; e terão que ressarcir os valores recebidos individualmente de forma irregular durante o contrato, totalizando R\$ 143 mil.

A sentença, do dia 17 de dezembro, tem assinatura da juíza Laysa Paz Mendes, em ação civil pública por ato de improbidade administrativa proposta pelo Ministério Público Estadual. Na ação, o MP apontou que o ex-prefeito Magno Rogério, na condição de gestor público, incidiu dolosamente na prática de nepotismo no âmbito do Executivo municipal, tendo nomeado para vários cargos comissionados do quadro de pessoal municipal parentes consanguíneos como irmãos e cunhados, fatos ocorridos no exercício de 2013.

Notificados, os requeridos apresentaram defesa alegando inépcia da petição inicial por cerceamento de defesa; ausência de violação de princípios constitucionais e pedindo rejeição do pedido, entre outros. Também levantaram ausência de dolo para a prática do ato ímprobo, e a inexistência de dano ao erário, porque os serviços dos cargos para os quais foram nomeados foram efetivamente prestados.

Na sentença, a magistrada citou entendimentos da doutrina e jurisprudência a respeito da prática de nepotismo no Brasil, objeto da Súmula Vinculante Nº 13/2008 do Supremo Tribunal Federal (STF). "A regra é que o provimento de cargo e emprego público é feito por concurso público", ressalta.

Para a magistrada, a nomeação de parentes sem concurso para cargos em comissão fere os princípios constitucionais da moralidade, impessoalidade, igualdade e eficiência. Segundo o documento, os argumentos lançados pelos requeridos não foram suficientes para descaracterizar o ato de nepotismo e os atos de improbidade dele decorrentes, tendo sido comprovada a nomeação dos parentes para cargos em comissão sem o devido concurso público. "Configurado, portanto, o nepotismo, com clara violação à Súmula Vinculante Nº 13 do STF, relativa à ofensa aos princípios constitucionais, enquadrando-se como ato de improbidade administrativa praticada por todos os requeridos - autoridade nomeantes e parentes nomeados - vislumbrando-se também a prática de ato de improbidade causador de lesão ao erário, por concorrer para que terceiros enriquecessem ilicitamente", frisou.

O post Ex-prefeito de Itapecuru-Mirim e parentes são condenados por nepotismo apareceu primeiro em Blog do Djalma Rodrigues.

Justiça do Maranhão suspende auxílio-alimentação de desembargadores e juízes

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Joaquim Figueiredo, no uso de suas atribuições legais, assinou o Ato da Presidência nº 17/2018, estabelecendo que fica suspenso, até decisão final do Conselho Nacional de Justiça, o pagamento referente ao valor do auxílio-alimentação, previsto na Resolução-GP nº 88/17, que acrescentou o artigo 3º à Resolução-GP nº 65/08, ambas do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Qualquer pagamento a magistrados e servidores de valores a título de auxílio-moradia, auxílio-transporte, auxílio-alimentação ou qualquer outra verba que venha a ser instituída, ou majorada, ou mesmo relativa a valores atrasados, só será efetuado, pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, após prévia autorização do Conselho Nacional de Justiça, nos termos do Provimento nº CN-CNJ 64/18.

Ao assinar o ato, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Joaquim Figueiredo, considerou o Provimento CB-CNJ nº 64, de 1º de dezembro de 2017, que impõe a necessidade de prévia autorização do Conselho Nacional de Justiça para pagamento de qualquer verba remuneratória ou indenizatória.

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão considerou também a decisão proferida no Pedido de Providências nº 0009879-65.2017.2.00.000, que tem como requerente, a Corregedoria Nacional de Justiça, e requerido, o Tribunal de Justiça do Maranhão, pelo ministro Humberto Martins, cujo objeto é o valor atual do auxílio-alimentação pago aos magistrados maranhenses.

O desembargador Joaquim Figueiredo considerou, ainda, o que consta da Recomendação nº 31, de 21 de dezembro, de 2018, da Corregedoria Nacional de Justiça.

O post Justiça do Maranhão suspende auxílio-alimentação de desembargadores e juízes apareceu primeiro em Blog do Djalma Rodrigues.

Somente os fascistas acreditam na guerra, no ódio e nas armas”, dispara Dino

O governador Flávio Dino deu um claro recado a onda fascista que vem tomando conta do país desde o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff. Ele, inclusive, foi um dos primeiros a avisar dos perigos que um golpe representava para o país tanto no âmbito econômico, como político.

Durante o seu discurso de posse, ontem na Assembleia Legislativa, Dino fez uma reflexão acerca da democracia e de importância da compreensão de que os dissensos, os conflitos, as controvérsias não devem impedir a existência de espaços de diálogos.

“Somente os fascistas acreditam na guerra, no ódio e nas armas. Os democratas acreditam no diálogo, acreditam que mediante o entendimento daqueles que pensam diferente nós possamos, nós podemos e devemos atender a objetivos mais elevados”, disparou Flávio Dino.

“Não sou daqueles que praticam o ódio. Me espanto e me horrorizo com o ódio que jorra dos poros das redes sociais no nosso país e creio que não devemos normalizar a barbárie, porque se nós a normalizamos, nós estamos a perenizando, nós estamos eternizando a busca da destruição do pensamento diferente no Brasil”, completou.

O governador do Maranhão fez questão de abordar esse assunto para reiterar que confirma no diálogo democrático. “Esta é a minha formação desde os quinze anos de idade, quando trilhando sempre a margem esquerda do rio da vida passei a me dedicar militância política, já se vão 36 anos”, contou.

Ele fez referência a todos os chefes de Poderes que estavam presentes na solenidade de posse, como o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador José Joaquim, além de prefeitos que mantiveram uma relação institucional democrático com o governo durante o primeiro mandato de Flávio Dino.

“Do mesmo modo tem sido em relação ao Governo Federal e se depender de mim assim será. Ou seja, nós continuaremos a dialogar entre diferentes para atender aos interesses do povo do Maranhão”, finalizou Dino.

Magno Amorim é condenado por nepotismo

Uma Ação Civil Pública proposta pela 1ª Promotoria de Justiça de Itapecuru-Mirim, em 10 de setembro de 2015, levou a Justiça a condenar, em 17 de dezembro de 2018, o ex-prefeito Magno Rogério Siqueira Amorim por improbidade administrativa. Também foram condenados Marília Teresa Siqueira Amorim, Milton Silva Amorim Filho, Mágella Isabel Siqueira Amorim, Mylenna Cíntia Siqueira Amorim e Wanderson Sousa Martins.

Na Ação, o promotor de justiça Benedito Coroba afirmava que o ex-gestor agiu de forma ilegal ao nomear, em 2013, seus parentes para cargos na administração municipal. Marília Amorim, sua irmã, assumiu o cargo de assessora na Secretaria Municipal de Governo, assim como Milton Amorim, seu irmão. Na mesma pasta foi lotada uma terceira irmã, Mylenna Amorim.

Mágella Amorim, também irmã do ex-prefeito, foi lotada na Secretaria Municipal de Apoio às Comunidades. Também foi nomeado irregularmente o cunhado de Magno Amorim, Wanderson Sousa Martins.

A 1ª Vara da Comarca de Itapecuru-Mirim condenou Magno Amorim a devolver R\$ 108 mil aos cofres municipais, além de pagar multa no mesmo valor. O ex-prefeito foi condenado, ainda, à suspensão dos direitos políticos por seis anos, além de estar proibido de contratar ou receber benefícios do Poder Público.

Os demais envolvidos, beneficiados pelo nepotismo, também foram condenados por improbidade administrativa. Marília Teresa Siqueira Amorim, Milton Silva Amorim Filho, Mágella Isabel Siqueira Amorim, Mylenna Cíntia Siqueira Amorim e Wanderson Sousa Martins deverão ressarcir os valores recebidos irregularmente ao erário, totalizando R\$ 143 mil. Eles também tiveram os direitos políticos suspensos por oito anos, além da proibição de contratar ou receber benefícios do Poder Público.

O post Magno Amorim é condenado por nepotismo apareceu primeiro em Blog da Riquinha.

Combate à mortalidade infantil é uma das metas de programa lançado por Flávio Dino

Gestantes oriundas de famílias de baixa renda serão as primeiras contempladas com os benefícios do Cheque Cesta Básica, programa lançado pelo governador Flávio Dino nesta terça-feira (1º), na Assembleia Legislativa, durante o ato de sua posse no novo mandato.

A proposta é inovadora e visa devolver às famílias mais carentes, valores do Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) arrecadados na cesta básica.

Segundo o governador, até o mês de março essa devolução já beneficie as gestantes, foco inicial do Cheque Cesta Básica. Em seu discurso de posse, Dino explicou que, para ter direito aos repasses, as mulheres terão que obedecer alguns critérios, como comparecer regularmente aos exames pré-natais e manter em dia a caderneta de vacinação dos bebês nascidos.

Dino avalia que a medida usa um programa pautado na capacidade contributiva dos cidadãos, onde a maior tributação recai sobre quem possui maior riqueza, para endurecer o combate à mortalidade infantil, mal que ainda assola o Maranhão.

"A novidade que esse programa oferece é que os mais pobres terão esse imposto de volta exatamente para garantir justiça fiscal. Quem tem mais paga mais e quem tem menos recebe mais benefícios. Além de realizarmos a finalidade atinente ao princípio da capacidade contributiva, nós estamos garantindo o combate efetivo à mortalidade infantil", detalhou o governador.

O Cheque Cesta Básica Gestante será pago em nove parcelas de R\$ 100 para cada grávida que aderir ao programa. As seis primeiras parcelas serão pagas durante a gestação, e as três últimas nos primeiros meses de vida do bebê.

Flávio Dino toma posse no Maranhão e propõe conclusão de obras federais

Flávio Dino (PCdoB) tomou posse, pela segunda vez, como governador do Maranhão, na tarde desta terça-feira (1º), na Assembleia Legislativa do Maranhão, em São Luís. A sessão solene no plenário Nagib Haickel foi conduzida pelo deputado Othelino Neto (PCdoB), presidente da casa. O vice-governador Carlos Brandão (PRB) foi empossado logo em seguida. Em seu primeiro discurso, anunciou investimentos nas áreas de assistência social e educação, como a proposta que fará ao governo federal para concluir obras incabadas no interior referentes à creches.

Segundo Flávio Dino, ele irá propor ao governo federal que as obras federais paradas de creches em cidades do interior maranhense sejam concluídas com recursos do estado. “Estou dirigindo um ofício ao excelentíssimo Ministro de Estado da Educação oferecendo ajuda financeira do Maranhão, para a conclusão das creches federais paradas no nosso estado. Nós temos creches federais paradas em vários municípios do Maranhão e nós queremos que essas creches sejam concluídas e dada a seriedade do nosso compromisso e da ajuda da bancada federal do Maranhão”, afirmou.

Ainda sobre a educação, anunciou ainda o investimento quanto ao transporte escolar para os municípios do interior. “A aquisição de mais 200 ônibus escolares para serem distribuídos aos municípios do Maranhão, também o acompanhamento de todas as redes municipais visando a mensuração do próximo IDEB, para que nós possamos ter resultados sustentáveis, não só a rede estadual eleve sua nota, mas também as redes municipais”, concluiu.

Antes, anunciou o programa Cheque Cesta Básica. A iniciativa deve conceder apoio financeiro com recursos do ICMS de produtos consumidos na cesta básica para as mulheres gestantes do estado, por um período de nove meses.

“Pela primeira vez no nosso país, existirá um programa de devolução do ICMS sobre os produtos da cesta básica. Todos os impostos arrecadados com a cesta básica serão transformados em benefícios sociais. O primeiro deles, cujo o decreto regulamentador será assinado hoje perante a Assembleia, refere-se as mulheres gestantes. Nós devemos começar no máximo no mês de maio o pagamento de R\$ 900 para cada gestante do Maranhão em parcelas, de acordo com uma condicionalidade, ou seja, o comparecimento nas consultas de pré-natal nos seis meses, as seis consultas, durante os nove meses de gestação e mais três meses na vida da nova criança. Serão nove parcelas de R\$ 100 com o objetivo de combater a desigualdade social e ao mesmo tempo a mortalidade infantil. Porque nós sabemos que a boa alimentação é um caminho para que nós possamos ter uma gestação de qualidade, com segurança, para as mães mais pobres do Maranhão”, disse.

Solenidade

O governador chegou a Assembleia Legislativa por volta das 16h desta terça-feira (1º) acompanhado da primeira-dama, Daniela Lima. Ele foi recepcionado pelo deputado reeleito Othelino Neto. Em seguida, foi cumprimentado por outros parlamentares que também o aguardavam na entrada do Palácio Manoel Beckman.

À mesa estiveram ainda autoridades como o presidente do Tribunal de Justiça (TJ-MA), desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, os senadores eleitos Weverton Rocha (PDT) e Eliziane Gama (PPS), o presidente da Câmara dos Vereadores de São Luís, Osmar Filho (PDT), o prefeito de São Luís, Edivaldo Holanda (PDT), entre outros. O plenário recebeu outras autoridades que acompanharam a sessão de aproximadamente 1h30.

Em discurso à imprensa, Flávio Dino falou ainda que pretende fazer um governo com equilíbrio fiscal rigoroso, voltado também para as questões de direitos humanos, afirmando que “todos e todas vivam em uma sociedade democrática e igualitária”. Destacou ainda que quer fazer investimentos com recursos públicos, mas também criar um ambiente mais favorável ao investimento da iniciativa privada.

Depois da solenidade na Assembleia Legislativa, o governo e o vice seguiram para o Palácio dos Leões, na Praça Dom Pedro II, Centro Histórico, onde foi realizada a cerimônia de recondução ao cargo.

Perfil

O governador e o vice, Carlos Brandão (PRB), foram reeleitos para governar o estado por mais quatro anos (2019/2022). Na eleição deste ano, venceram no primeiro turno com 59,29% dos votos válidos (1.867.396 votos). Eles foram diplomados no dia 18 de dezembro, no Centro de Convenções Pedro Neiva de Santana, em São Luís.

Formado em Direito pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Flávio Dino de Castro e Costa tem 50 anos e é advogado, ex-juiz federal e professor de Direito Constitucional na UFMA, atualmente licenciado. Natural de São Luís, é filho dos advogados Rita Maria e Sálvio Dino. É casado com Daniela Lima e tem quatro filhos.

Este é o segundo mandato de governador do Maranhão do ex-juiz, que começou sua carreira pública em 2006, quando foi eleito deputado federal pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Concorreu à prefeitura de São Luís e perdeu. Depois, quando concorreu pela segunda vez ao governo, em 2014, foi eleito. Antes, foi presidente do Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur)

Flávio Dino toma posse no Maranhão e propõe conclusão de obras federais com recursos do estado

Durante evento, governador disse que o contato com o governo federal será feito esta semana para propor a conclusão de creches no interior do Maranhão.

Por G1 Maranhão — São Luís, MA

01/01/2019 18h43 Atualizado há 19 horas

Flávio Dino (PCdoB) tomou posse, pela segunda vez, como governador do Maranhão, na tarde desta terça-feira (1º), na Assembleia Legislativa do Maranhão, em São Luís. A sessão solene no plenário Nagib Haickel foi conduzida pelo deputado Othelino Neto (PCdoB), presidente da casa. O vice-governador Carlos Brandão (PRB) foi empossado logo em seguida. Em seu primeiro discurso, anunciou investimentos nas áreas de assistência social e educação, como a proposta que fará ao governo federal para concluir obras incabadas no interior referentes à creches.

Segundo Flávio Dino, ele irá propor ao governo federal que as obras federais paradas de creches em cidades do interior maranhense sejam concluídas com recursos do estado. “Estou dirigindo um ofício ao excelentíssimo Ministro de Estado da Educação oferecendo ajuda financeira do Maranhão, para a conclusão das creches federais paradas no nosso estado. Nós temos creches federais paradas em vários municípios do Maranhão e nós queremos que essas creches sejam concluídas e dada a seriedade do nosso compromisso e da ajuda da bancada federal do Maranhão”, afirmou.

Ainda sobre a educação, anunciou ainda o investimento quanto ao transporte escolar para os municípios do interior. “A aquisição de mais 200 ônibus escolares para serem distribuídos aos municípios do Maranhão, também o acompanhamento de todas as redes municipais visando a mensuração do próximo IDEB, para que nós possamos ter resultados sustentáveis, não só a rede estadual eleve sua nota, mas também as redes municipais”, concluiu.

Antes, anunciou o programa Cheque Cesta Básica. A iniciativa deve conceder apoio financeiro com recursos do ICMS de produtos consumidos na cesta básica para as mulheres gestantes do estado, por um período de nove meses.

“Pela primeira vez no nosso país, existirá um programa de devolução do ICMS sobre os produtos da cesta básica. Todos os impostos arrecadados com a cesta básica serão transformados em benefícios sociais. O primeiro deles, cujo o decreto regulamentador será assinado hoje perante a Assembleia, refere-se as mulheres gestantes. Nós devemos começar no máximo no mês de maio o pagamento de R\$ 900 para cada gestante do Maranhão em parcelas, de acordo com uma condicionalidade, ou seja, o comparecimento nas consultas de pré-natal nos seis meses, as seis consultas, durante os nove meses de gestação e mais três meses na vida da nova criança. Serão nove parcelas de R\$ 100 com o objetivo de combater a desigualdade social e ao mesmo tempo a mortalidade infantil. Porque nós sabemos que a boa alimentação é um caminho para que nós possamos ter uma gestação de qualidade, com segurança, para as mães mais pobres do Maranhão”, disse.

Solenidade

O governador chegou a Assembleia Legislativa por volta das 16h desta terça-feira (1º) acompanhado da primeira-dama, Daniela Lima. Ele foi recepcionado pelo deputado reeleito Othelino Neto. Em seguida, foi cumprimentado por outros parlamentares que também o aguardavam na entrada do Palácio Manoel Beckman.

À mesa estiveram ainda autoridades como o presidente do Tribunal de Justiça (TJMA), desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, os senadores eleitos Weverton Rocha (PDT) e Eliziane Gama (PPS), o presidente da Câmara dos Vereadores de São Luís, Osmar Filho (PDT), o prefeito de São Luís, Edivaldo Holanda (PDT), entre outros. O plenário recebeu outras autoridades que acompanharam a sessão de aproximadamente 1h30.

Em discurso à imprensa, Flávio Dino falou ainda que pretende fazer um governo com equilíbrio fiscal rigoroso, voltado também para as questões de direitos humanos, afirmando que “todos e todas vivam em uma sociedade democrática e igualitária”. Destacou ainda que quer fazer investimentos com recursos públicos, mas também criar um ambiente mais favorável ao investimento da iniciativa privada.

Depois da solenidade na Assembleia Legislativa, o governo e o vice seguiram para o Palácio dos Leões, na Praça Dom Pedro II, Centro Histórico, onde foi realizada a cerimônia de recondução ao cargo.

Perfil

O governador e o vice, Carlos Brandão (PRB), foram reeleitos para governar o estado por mais quatro anos (2019/2022). Na eleição deste ano, venceram no primeiro turno com 59,29% dos votos válidos (1.867.396 votos). Eles foram diplomados no dia 18 de dezembro, no Centro de Convenções Pedro Neiva de Santana, em São Luís.

Formado em Direito pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Flávio Dino de Castro e Costa tem 50 anos e é advogado, ex-juiz federal e professor de Direito Constitucional na UFMA, atualmente licenciado. Natural de São Luís, é filho dos advogados Rita Maria e Sálvio Dino. É casado com Daniela Lima e tem quatro filhos.

Este é o segundo mandato de governador do Maranhão do ex-juiz, que começou sua carreira pública em 2006, quando foi eleito deputado federal pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Concorreu à prefeitura de São Luís e perdeu. Depois, quando concorreu pela segunda vez ao governo, em 2014, foi eleito. Antes, foi presidente do Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur).

ITAPECURU-MIRIM - Ex-prefeito é condenado por nepotismo

Uma Ação Civil Pública proposta pela 1ª Promotoria de Justiça de Itapecuru-Mirim, em 10 de setembro de 2015, levou a Justiça a condenar, em 17 de dezembro de 2018, o ex-prefeito Magno Rogério Siqueira Amorim por improbidade administrativa. Também foram condenados Marília Teresa Siqueira Amorim, Milton Silva Amorim Filho, Mágella Isabel Siqueira Amorim, Mylenna Cíntia Siqueira Amorim e Wanderson Sousa Martins.

Na Ação, o promotor de justiça Benedito Coroba afirmava que o ex-gestor agiu de forma ilegal ao nomear, em 2013, seus parentes para cargos na administração municipal. Marília Amorim, sua irmã, assumiu o cargo de assessora na Secretaria Municipal de Governo, assim como Milton Amorim, seu irmão. Na mesma pasta foi lotada uma terceira irmã, Mylenna Amorim.

Mágella Amorim, também irmã do ex-prefeito, foi lotada na Secretaria Municipal de Apoio às Comunidades. Também foi nomeado irregularmente o cunhado de Magno Amorim, Wanderson Sousa Martins.

A 1ª Vara da Comarca de Itapecuru-Mirim condenou Magno Amorim a devolver R\$ 108 mil aos cofres municipais, além de pagar multa no mesmo valor. O ex-prefeito foi condenado, ainda, à suspensão dos direitos políticos por seis anos, além de estar proibido de contratar ou receber benefícios do Poder Público.

Os demais envolvidos, beneficiados pelo nepotismo, também foram condenados por improbidade administrativa. Marília Teresa Siqueira Amorim, Milton Silva Amorim Filho, Mágella Isabel Siqueira Amorim, Mylenna Cíntia Siqueira Amorim e Wanderson Sousa Martins deverão ressarcir os valores recebidos irregularmente ao erário, totalizando R\$ 143 mil. Eles também tiveram os direitos políticos suspensos por oito anos, além da proibição de contratar ou receber benefícios do Poder Público.

Tribunais devem enviar este mês ao CNJ dados da violência doméstica

por Aquiles Emir - 2 de janeiro de 2019

Compartilhar no Facebook Tweet no Twitter

Os tribunais de Justiça têm até o fim de janeiro para responder ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) questionário a respeito das ações que vêm sendo implementadas para fortalecer a rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres. As respostas determinarão a escala dos tribunais em relação ao cumprimento da Meta Nacional 8, objetivo que, desde 2017, é perseguido pelo Judiciário brasileiro.

Até setembro, mês da última atualização, as cortes já haviam cumprido 86,6% dessas ações, sendo que 12 dos 27 tribunais, conseguiram superar os percentuais estabelecidos.

Para cumprir a Meta 8, as cortes precisam atender, ao menos, 70% de ações estipuladas em um questionário de 14 perguntas. Entre as questões apresentadas estão: a existência de unidades judiciárias com competência para julgamento de processos criminais relativos à prática de violência doméstica contra a mulher, atendimento multidisciplinar voltado às vítimas, assim como para agressores, e a quantidade de ações voltadas ao combate à violência doméstica realizadas durante o ano.

Também estão nesse levantamento a capacitação permanentemente dos magistrados e servidores em questões de gênero; os julgamentos concentrados de processos durante as semanas Justiça pela Paz em Casa; a manutenção de informações e serviços relacionados à temática da violência no site do tribunal e a adoção de processos restaurativos para responsabilização de ofensores; proteção das vítimas e estabilização das relações familiares.

Exemplos - O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) é um exemplo de corte que atingiu, até setembro, 110% no cumprimento da meta. Quase 200 unidades judiciárias do estado dispõem de equipes multidisciplinares. Essas unidades fazem o atendimento, por meio de parcerias, das mulheres ofendidas e também dos ofensores. O estado ainda possui unidades voltadas ao atendimento familiar de dependentes em situação de violência (crianças e adolescentes).

Outro tribunal que também superou o cumprimento da meta foi o Paraná. Das oito unidades judiciárias com competência para julgamento de crimes contra a mulher no âmbito doméstico, todas possuem equipes psicossociais e espaço físico para atendimento reservado.

Painel de resultados - O cumprimento das metas pode ser acompanhado por meio do Painel de Resultados das Metas Nacionais, no portal do CNJ. De acordo com dados parciais coletados pelo CNJ, contabilizam-se atualmente no Brasil 3.388 varas com competência para receber e processar causas cíveis e criminais relativas à violência doméstica e familiar contra a mulher. No entanto, apenas 396 possuem equipes de atendimento multidisciplinar, compostas por psicólogos ou assistente social.

Em apenas 563 delas, a mulher ofendida pode ser ouvida em um espaço físico reservado. Dados do Painel Monitoramento da Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, alimentados pelos tribunais, mostram ainda que 426 unidades atendem familiares em situação de violência, com especial atenção a crianças e adolescentes.

No ano passado, durante o XII Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizado em dezembro, a Meta 8 foi novamente aprovada pelos presidentes dos tribunais. Em 2019, os juízes terão de identificar e julgar metade dos casos pendentes de julgamento relacionados a feminicídio distribuídos até 31 de dezembro de 2018 e 50% dos casos sem julgamento relacionados à violência doméstica e familiar contra a mulher distribuídos no mesmo período.

(Agência CNJ)

Posse do governador Flávio Dino reúne lideranças políticas e empresariais

por Aquiles Emir - 2 de janeiro de 2019

O governador Flávio Dino (PCdoB) compareceu nesta terça-feira (1º) à Assembleia Legislativa, onde assumiu o compromisso de posse para o segundo mandato. A solenidade foi prestigiada por lideranças políticas e empresariais, além de chefes de outros poderes e do Ministério Público. Confira alguns dos melhores momentos nas imagens da Agência Assembleia:

Flávio Dino com os presidentes do Poder Judiciário, José Joaquim Figueiredo do Anjos (E), e da Assembleia Legislativa, Othelino Filho

Conversa descontraída entre Othelino Filho, procurador Luiz Gonzaga Coelho e o desembargador José Joaquim

Advogado Alex Murad, tenente-coronel Osmar Filho (comandante do 25º BIS), comandante da Aeronáutica, Luciano Valentim, e o presidente da Fiema, Edilson Baldez

MA: 46 detentos não retornaram depois da saída temporária de Natal

Dos 642 presos beneficiados com a saída temporária de Natal, 64 não retornaram as unidades prisionais. Segundo a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap), eles já são considerados foragidos da Justiça.

Os detentos que cumprem pena no Complexo Prisional de Pedrinhas, deveriam retornar até as 18 h da última sexta-feira, 27 - prazo estabelecido pelo judiciário, 596 retornaram aos estabelecimentos penais de origem.

Dos 852 presos, entre detentos da Grande São Luís do interior do Estado, que foram beneficiados com a saída temporária de natal concedido pela Justiça, um total de 770 detentos são custodiados em Unidades Prisionais gerenciadas pela Seap. Porém nem todos conseguiram de fato ter acesso ao benefício.

De acordo com a Seap, 127 deles, foram impedidos, por haver outras ordens judiciais para manutenção de prisão, em suas respectivas celas. Total de 642 saíram.

De acordo com a Justiça, para ter direito ao benefício, o interno do regime semiaberto precisa ter cumprido, no mínimo, 1/6 (primários) ou 1/4 da pena (reincidentes); apresentar comportamento adequado na unidade prisional, além da compatibilidade entre o benefício e os objetivos da pena.